

KAIOVÁ

Existem soluções para o impasse

O Cimi faz propostas para diminuir a tendência dos suicídios na Área Indígena de Dourados, entendida como um apelo e um apego a um jeito específico de ser

O Conselho Indigenista Missionário entregou, no dia 29 de abril, ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, um relatório sobre os suicídios entre os índios Guarani-Kaiová, com uma série de propostas para solucionar o problema. O documento foi elaborado pela equipe do Cimi-Mato Grosso do Sul e a antropóloga Marta Maria Azevedo.

Ao descrever o contexto histórico em que está inserido o povo Kaiová, autodenominados Pai Tavyterã no Paraguai, o documento sublinha que a ação indigenista do governo brasileiro hoje não difere da que foi praticada desde 1845, quando a Província do Mato Grosso promovia aldeamentos para os índios "espalhados" pelo território, preferencialmente junto aos povoados. O objetivo era a liberação das áreas indígenas para a colonização e, ao mesmo tempo, a integração dos índios à população regional. Desde aquela época, o resultado tem sido a desestruturação das comunidades Kaiová, expulsões de seus tekoha (territórios tradicionais). Um processo contra o qual os índios têm resistido como podem, buscando manter o kaiovareko (jeito de ser Kaiová).

Hoje, no Mato Grosso do Sul, nas áreas demarcadas, que perfazem um total de 19.332 ha, vive uma população de 17.364 pessoas (ou 3.472 famílias nucleares). Resistem ainda seis tekoha: Paraguaçu, Piracuaá, Cerrito, Sete Cerros, Panambizinho e Panambi. Outras quatro comunidades foram expulsas de seus territórios tradicionais, as quais, embora alojadas em outras áreas indígenas, ainda lutam por suas terras: Jarará, Jaguapiré, Guasuti e Jaguari.

O jeito de ser dos Kaiová

O documento do Cimi informa que tekoha é o lugar onde se realiza o teko, a maneira de viver específica do povo Kaiová. O tekoha tem características físicas e geográficas específicas. Tem nitidez no espaço físico, é limitado por rios, colinas, matas, campos. É uma instituição divina, oferecida pelo Deus criador com exclusividade à comunidade que nele reside.

Cada tekoha tem o seu Tekoaruvixa, o líder religioso, sacerdote. E também o Mboruvixa, responsável pela condução política da comunidade.

Outra instituição sócio-política dos tekoha são os aty, ou reuniões, em que todos têm o direito à palavra, nas quais se resolvem, avaliam todos os assuntos relativos a cada tekoha.

Internamente, cada tekoha está especialmente organizado por famílias extensas (te'yi), compostas de várias famílias nucleares ou biológicas (pai, mãe e filhos). Cada te'yi ocupa uma área determinada dentro do tekoha. Em cada tekoha vive uma ou mais te'yi. A inserção, rara, de outras famílias em um tekoha di-

ferente daquele ao qual pertencem, é regulada pelas relações de parentesco.

Portanto, diz o relatório, a política de aldeamentos fere profundamente a cultura e jeito de ser desses índios.

Os Kaiová tem uma concepção específica de terra, que é o esteio da identidade deste povo. O princípio de necessidade e suficiência da terra, sustentado por valores econômicos, sociais e religiosos específicos, vem sendo negado e a cada dia tem se tornado mais difícil de ser seguido, não em decorrência de uma eventual desorganização dos índios, nem pela perda da identidade, mas pelo "inchaço" dos antigos Postos Indígenas, e espoliação constante de seus tekoha originários.

A pior situação

O relatório do Cimi registra que a situação sócio-econômica de Dourados, onde ocorre a maior parte dos suicídios, é gravíssima, por causa do alcoolismo, da interferência de seitas religiosas, do aviltamento da dignidade humana nas relações de trabalho, e da falta de terra para a rea-

lização plena da cultura Kaiová. Tudo isso, conseqüência da política indigenista oficial, que não contempla as necessidades específicas daquele povo.

Um fator complicador é a interferência dos Terena, um povo Aruak, de cultura completamente diferente, que assumiram um papel de domínio sobre os Nhandeva e Kaiová, fazendo as vezes de polícia numa área alheia ao seu território tradicional.

Considerando todo este quadro conceitual e sócio-econômico, em que ocorre não só a superpopulação mas também a sobreposição de famílias extensas (te'yi) nas mesmas áreas, o parecer do Cimi elenca as seguintes propostas para solucionar os problemas dos Kaiová:

a) A demarcação imediata das terras indígenas, cujos processos administrativos estão com suas tramitações suspensas na Funai: Cerrito, Takuaryty/Yvykuaruçu (Paraguaçu), Piracuaá, Panambi e Jaguapiré. Esta demarcação significará um aumento no território Guarani de 10.967 ha.

b) Há outras áreas de onde os ín-

dios foram expulsos, muitas vezes com a participação da Funai, cujos limites já foram identificados em processos administrativos para demarcação: Panambizinho, Sete Cerros, Guasuti, Maracaju e Jaguari. O contingente populacional destas áreas — exceto Sete Cerros, cujos habitantes estão em Porto Lindo, e Jaguari, cuja população está em Amabai —, foi transferido integralmente para dentro da Área de Dourados. Nestas áreas é necessário apenas concluir os estudos e proceder à demarcação, ampliando o território Guarani e Kaiová em 10.571 ha.

Somente estas duas medidas duplicariam o território Guarani-Kaiová, permitindo a reconstituição imediata de pelo menos 10 tekoha (comunidades), hoje confinados nas áreas superpovoadas. Não se trata, portanto, de desapropriar terras, mas apenas demarcar as áreas conforme determina a Constituição.

O Cimi considera também oportuno um levantamento completo de toda a população Guarani-Kaiová ainda residindo em fundos de fazendas da região.

c) A implementação de projetos de subsistência no campo agrícola, respeitando a organização sócio-política dos índios, e projetos de educação escolar bilíngüe que reforcem e não desrespeitem a educação indígena tradicional. Propõe-se questionar a ação das seitas que não respeitam o disposto no artigo 231 da Constituição Federal. E que se controle e fiscalize permanentemente os contratos de trabalho envolvendo a mão-de-obra indígena.

d) Especificamente em Dourados, propõe-se:

A divisão clara da área, delimitando um espaço específico para os Kaiová. Nesta área se teria uma administração e chefias indígenas à parte dos demais habitantes do Posto Indígena. Uma área seria reservada aos Guarani, com administração distinta; e outra para os Terena.

Nos cargos administrativos da Funai local não é recomendável que se coloque índios Terena para trabalhar com os Guarani-Kaiová, visto que a situação de violência e tensão entre esses dois povos é intolerável. A redistribuição do espaço da área indígena de Dourados deve ser levada a cabo permitindo melhor distribuição do espaço pela própria comunidade. É preciso discutir com a comunidade formas de diminuir a violência, questionando o policiamento ostensivo por parte dos conselheiros. Deve ser implementado o apoio irrestrito aos fóruns mais importantes da vida Guarani: os Aty Guaçu, ou reuniões grandes.

O apelo ao ato extremo dos suicídios precisa ser ouvido e entendido como um apelo e um apego a uma determinada maneira de viver, uma qualidade de vida específica Kaiová, finaliza o relatório do Cimi.

Morte e princípios éticos

Segundo o relatório elaborado pelo Cimi, não se pode entender os suicídios dos Kaiová a partir da ética cristã, segundo a qual a vida é sagrada e quem tira a sua própria vida é considerado alguém desequilibrado emocionalmente. A dificuldade aumenta em razão de não se ter notícias anteriores de suicídios entre aquele povo. Diante deste quadro, buscam-se explicações nas causas sociais e trata-se a morte voluntária dos índios apenas com um sintoma.

O suicídio, de fato, é um sintoma, afirma o relatório. "Mas também é ato, ação, por mais confusa que esteja a parte individual da intenção, da vontade. É uma recusa de uma situação dada, mas também um julgamento total sobre o valor da vida. A morte voluntária assim entendida se apresenta como uma escolha deliberada de uma solução, entre outras, como um gesto ético, referido a princípios, a valores".

Deve-se, portanto, tentar entender a lógica ou o sentido dessas mortes para o povo Guarani a partir da ética Kaiová.

"Os princípios éticos que regem o kaiovareko (o jeito de ser Kaiová) são o Teko Marangatu e o Teko Porã. O primeiro é o jeito de ser ou estar religioso. Marangatu é tudo o que é sagrado, que tem relação direta com o sagrado. Esse teko é o reflexo do modo de ser dos deuses no céu. Esta terra, para os Kaiová, é o espelho do céu, tudo que há nela existiu primordialmente entre os deuses que, com seus gestos e ações paradigmáticas, criaram o Teko Marangatu. Para captarem, ouvirem os deuses, os homens e mulheres cantam e rezam, de maneira que todos podem ao menos ouvir suas vozes (dos deuses). Os Nande Ru e os Pa'i (xamãs e sacerdotes) podem

ver e conversar com os deuses. É, então, através dos mitos (normas, regras, ações paradigmáticas) e dos rituais (comportamentos, o mito vivenciado) que fica fundamentado o Teko Marangatu. (...)"

Já o Teko Porã "é a concretização em termos comportamentais do sistema Kaiová. São normas e valores éticos que todo homem, mulher e criança devem seguir. Quer dizer, jeito de ser bonito, bom. O falar bonito (ñe'e porã), o amor mútuo (joayhu), coração limpo (py'a poti) são virtudes que a todo momento são ditas e lembradas às crianças. Uma grande censura a elas é reko rei (estar à toa), ou nde japu (você mente), ou nde mbarete (você é bruto). Os bons comportamentos se visualizam e se socializam nos rituais e em reuniões (aty). O Teko não é absoluto, ele se concretiza no cotidiano; a auto-identificação Kaiová como um grupo social distinto se expressa com o ñande reko (o nosso jeito de ser), que é, portanto, a qualidade da via entendida de maneira específica que os Kaiová realizam ou desejam realizar".

Conclui o relatório: "A morte para os Kaiová é uma passagem, é a ida para a verdadeira morada dos deuses. A vida é um período dessa outra vida. Eles dizem, quando uma pessoa se mata, ohosema (já queria ir embora), por diversos motivos específicos e conjunturais como ha'e ndovy'ai (estava triste). Neste contexto alguns motivos explicitados pelos próprios índios podem ser apontados, tendo-se em conta os suicídios dos últimos anos: amor/ciúme; briga conjugal; desgosto familiar; problema político; desgosto pela vida em geral; alguma perda; erro, expiação da culpa; desadaptação da vida (seitas religiosas)".